

*Formação de leitores no Brasil: um processo de
vários nós*

Weaving reading formation in Brazil: a plural task

Ana Paula Teixeira Porto¹

Denise Almeida Silva²

Miguel Rettenmaier³

Ao se pensar na formação de leitores no contexto brasileiro, vários problemas podem ser identificados ao longo das últimas décadas. Há mais de 30 anos, já havia estudos científicos rigorosos, apontando as ineficiências no trabalho de leitura nas instituições de ensino. Para citar alguns exemplos, relembramos a denúncia de Regina Zilberman (1984) sobre o que denominara como crise da leitura na escola e a ratificação de sua perspectiva por Leticia Malard (1985) ao identificar diversos problemas de leitura e especialmente da literatura na educação básica.

Mais do que um enraizamento de problemas, parece haver um fortalecimento deles, como a diminuição da população considerada como “leitor”, como assinala a pesquisa coordenada por Zoara Failla (2012), e uma certa insuficiência de novas concepções e práticas de leitura que acenem para um caminho promissor na formação de leitores, como mostram, por exemplo, as reflexões de artigos reunidos no dossiê que segue a este ensaio: o de Sheila Oliveira Lima (2015) acerca da exploração do texto poético em manuais didáticos e o de Alexandre Vilas Boas da

¹ Mestre e doutora em Letras, área de Literatura Brasileira. Professora do Mestrado em Letras da URI, câmpus de Frederico Westphalen. Líder do Grupo de Pesquisa “Práticas mediadoras de Leitura” (CNPQ).

² Mestre e doutora em Letras, área de Literatura de Língua inglesa. Professora do Mestrado em Letras da URI, câmpus de Frederico Westphalen.

³ Possui Mestrado em Teoria da Literatura (1998) e Doutorado também em Teoria da Literatura (2002), ambos pela PUCRS. É professor na Graduação e no Mestrado em Letras da Universidade de Passo Fundo, onde desenvolve pesquisas sobre leitura e formação do leitor.

Silva e Frederico Fernandes (2015) quanto a jogos digitais para formação do leitor de literatura.

Nesse cenário, podemos vislumbrar apenas problemas? Obviamente alguns avanços foram percebidos. A ampliação de recursos tecnológicos diversos que facilitam o acesso ao texto, inclusive o literário, é uma contribuição importante que permite a quem não tem condições de comprar um livro ou uma revista possa acessá-los no computador através da internet. Sem e-books, celulares, *tablets* e sites de editoras, autores, jornais e revistas certamente a leitura ficaria muito mais restrita ao material impresso, ainda distante da realidade de muitos brasileiros.

A ampliação das possibilidades de publicação e do mercado editorial, já que é muito mais fácil e barato publicar atualmente do que há vinte anos, também diminuíram as dificuldades de acesso aos textos e aumentaram as materialidades da escrita. É possível comprar, por exemplo, livros digitais a um custo bem menor que um livro impresso. É possível ler um texto inteiro no computador, através de plataformas gratuitas, sem qualquer custo. E é possível também publicar até mesmo em um blog ou em uma rede social. Enfim, a leitura, sob esse prisma, rompeu paradigmas.

Ainda quanto a esses avanços, a instituição de políticas nacionais é fator importante no processo de formação de leitores. A política nacional voltada ao acervo bibliográfico para escolas públicas – o Plano Nacional de Biblioteca na Escola, criado em 1997 pelo governo federal, constitui ferramenta fundamental para possibilitar a alunos e professores o acesso coleções e obras de referência. Porém, além de discussões acerca do que compõe o acervo do programa (como a pouca observância à produção local e a preferência pela prosa), vemos que o plano mostra-se limitado, já que, como mostram Paiva e Beremblum (2009, p. 174), ele

manteve-se apenas como um grande programa de distribuição de livros, como se a existência de acervos (de qualidade) fosse o caminho natural de formação de leitores nas escolas públicas brasileiras, sem prever apoio algum a projetos de formação continuada de professores com o foco na leitura literária.

Com ênfase no livro didático, objetivando ofertar às esco-

Ana Paula Teixeira
Porto

Denise Almeida Silva

Miguel Retenmaier

las públicas material didático de qualidade, o Plano Nacional do Livro Didático é uma política necessária ao ensino especialmente quando em muitos contextos o acesso ao texto e à leitura ocorre unicamente através desse instrumento. No entanto, na esteira dessas políticas governamentais, residem limitações dos materiais, como a seleção dos textos, muitos deles apresentados apenas em fragmentos e dedicados apenas ao clássico e ao canônico, bem como a atividades de leitura-pergunta-reposta que inibem a capacidade de reflexão sobre os textos.

Os avanços através dessas políticas públicas e da facilidade de acesso ao texto a partir de dispositivos tecnológicos ainda são muito tímidos porque o acesso ao texto não garante a sua leitura e tampouco a proficiência do leitor. A distribuição de materiais didáticos que contemplam práticas de leitura, como as que observamos em livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação, também não significa a superação dos velhos problemas que ainda precisam ser superados.

Assim, os gargalos do processo de formação de leitores apresentam-se como nós, como definimos os problemas que colocam o Brasil como um país de não leitores ou de poucos leitores competentes e proficientes. Esses nós são amplos e envolvem desde políticas públicas de incentivo à leitura e qualificação docente, até infraestrutura compatível para de fato possibilitar que os textos cheguem à população, como bibliotecas com acervo atualizado, informatização das bibliotecas, presença de profissional bibliotecário, salas de leitura, etc.

A lista dos entraves que dificultam a leitura de forma plena e satisfatória pode ser sintetizada em alguns pontos que são chaves nessa discussão que, embora não saliente todos os problemas relacionados à formação de leitores, acena para uma síntese daqueles que nos parecem de extrema relevância. Eles podem ser agrupados em cinco grandes eixos que serão referenciados de forma breve neste texto: formação de professores e sua qualificação para mediação de leitura; práticas de mediação de leitura; acervo bibliográfico; recursos tecnológicos/leitura *on line*; e novos letramentos decorrentes de novas materialidades de escrita e de leitura.

A formação adequada do profissional que tem a função de

Ana Paula Teixeira
Porto

Denise Almeida Silva

Miguel Retenmaier

30

instrumentalizar os alunos para leitura é fator imprescindível para que se formem bons leitores na escola. Essa qualificação docente requer, inicialmente, um traço fundamental de todo professor e não apenas daquele que trabalha especificamente na área de linguagens e seus códigos: o gosto pela leitura. Não se pode ensinar aquilo que não se conhece. Se o professor ignora a leitura, o prazer e as potencialidades que ela traz, dificilmente terá condições de mostrar e convencer os seus alunos de que a leitura é uma ação necessária para sua formação e um hábito a ser cultivado.

A formação do professor também é condição para que ele saiba o que escolher de leitura para seus alunos. A seleção dos textos a serem lidos, com amplo repertório de gêneros e autores e atenção à produção local (não apenas a clássica e canônica), é um fator relevante para que o aluno possa conhecer diferentes formatos de textos, diferentes linguagens, diferentes arranjos estéticos e assim possa construir o seu próprio cânone.

Juntamente com a seleção de textos, é oportuna a mediação de leitura, cujo sucesso também depende em parte da formação de que o docente dispõe. A mediação de leitura pode ser entendida como uma prática sequencial de leitura de um dado texto orientada por um professor, objetivando não apenas o prazer da leitura como também a compreensão e a interpretação de um texto em comparação ou não com outro. Essa sequência de interação do leitor com o texto, por meio do estímulo docente, será proveitosa dependendo das opções de interação lançadas ao leitor, e isso está atrelado a fatores como: concepção de leitura do professor; experiência de leitura do professor; práticas de leitura que o professor conhece; adequação dessas práticas ao contexto e aos objetivos que se pretende alcançar. E tudo isso está relacionado à formação do docente.

O que esperar então de práticas de mediação de leitura, o segundo fator primordial para formação de leitores aqui elencado? Em primeiro lugar, essas práticas de mediação de leitura devem priorizar a leitura do texto. Parece óbvio, mas, quando se fala em leitura de texto, o objeto central precisa ser o texto, compreendido em seus aspectos contextuais, linguísticos e estruturais que possibilitarão sua compreensão, análise e interpretação. Compreender a forma de organização do texto, identificando

suas partes e estabelecendo diálogo entre elas é função dessas práticas. Também é função identificar as ideias centrais e secundárias, estabelecer elos entre textos, associá-los ao contexto real dos discentes, julgar e avaliar as produções que são objetos de leitura.

Outro ponto importante, já destacado por Lajolo (1984), é o texto não ser usado como pretexto. Pretexto para conhecer normas gramaticais, pretexto para passar em uma prova, pretexto para ensinar uma norma. As produções textuais precisam ser lidas como fonte de prazer, de informação, de entretenimento, de formação, de transformação e não como fonte para um fim meramente utilitário.

Além disso, as práticas de mediação de leitura precisam estar articuladas ao prazer da leitura e despertar o interesse do aluno. Caso contrário, o discente verá na leitura apenas uma instrumentalização para acertar uma questão-problema, resolver alguma problemática gramatical, passar em uma prova, estimular a criatividade para uma data festiva, ser inspiração para produção de um outro texto.

Articuladas às práticas de mediação de leitura, está a questão do acervo bibliográfico, entendido como um conjunto de obras que deve estar disponível a alunos e professores. Esse acervo, composto pela diversidade cultural, linguística, temporal, autoral e artística, ainda deve ser atualizado e atender aos interesses do público discente. Nessa questão, é imprescindível ampliar as coleções que não devem ser disponibilizadas apenas no formato impresso, mas também no digital como forma de aproximação da leitura ao mundo real no qual todos nós vivemos.

Considerando que o acervo bibliográfico deve ser expandido também para as obras digitais, surge outro ponto importante: os recursos tecnológicos e a leitura *on line*. Parece haver ainda um descompasso entre as práticas da interação do aluno com o texto digital e os recursos tecnológicos. Quantos desses recursos, como jogos, sites de pesquisa, livros *on line*, têm sido explorado em atividades de leitura? O que os professores conhecem acerca desses recursos? Em que medida eles pode ser explorados?

No mundo digital, em que diversos problemas são resolvidos pelo computador ou dispositivos móveis, como *iphones* e *tablets*, parece que a leitura deve acompanhar também esse novo

Ana Paula Teixeira
Porto

Denise Almeida Silva

Miguel Retenmeier

32

paradigma, explorando desses recursos potencialidades formativas de que dispõem. Reconhecer que o texto digital requer outros processos de leitura é um primeiro passo nessa jornada. Em seguida, as mediações de leitura desses textos publicados no formato digital devem fazer parte do dia-a-dia escolar, aproximando as práticas escolares do contexto real, já que muitos alunos têm contato com a leitura através da internet e de dispositivos tecnológicos.

Decorrentes desse processo de uma “leitura digital”, há novos letramentos oriundos de novas materialidades de escrita e de leitura que precisam ser objeto de atenção no cotidiano escolar, como enfatizam Ieda Márcia Donati Linck e Odete Teresa Sutili Capelesso no artigo que também integra a edição especial da *Revista Língua & Literatura*. Falamos de um letramento mais amplo que leva em conta a hipertextualidade, a navegação em rede com um processo de leitura e de escolhas que precisam ser mediadas. Um letramento que considera outros usos da linguagem escrita em novos gêneros textuais que se formam cada vez mais híbridos.

Esse letramento “digital” parece urgente, especialmente quando constatamos que as escolas recebem alunos “nativos digitais”, familiarizados com a cibercultura e usuários assíduos e proficientes de tecnologias da informação e comunicação (TICs). São alunos com preferências distintas e com modos de processamento de informação distintos que requerem também na sua formação enquanto leitores de novas práticas educativas mais coerentes com a realidade.

Os problemas apontados acima parecem estar enraizados tanto em concepções (inclusive as que embasam os próprios parâmetros legais de ensino), quanto práticas e políticas atreladas à leitura de um modo geral e da leitura literatura em particular. É o que parece nos sinalizar o conjunto de reflexões que apresentamos nesse dossiê ao reunirmos discussões de pesquisadores de diversas instituições brasileiras acerca de uma problemática que urge maior atenção nas universidades, nas escolas e na sociedade em geral: a formação de leitores.

O dossiê especial da *Revista Língua & Literatura*, inspirado na temática central da nona edição do curso de extensão *Novos Olhares*, promovido pelo Mestrado em Letras da URI de Frede-

rico Westphalen em setembro de 2014, objetiva reunir ensaios que sinalizam o processo de formação de leitores, considerando impasses bem como possibilidades de superação de uma realidade que se quer transformar. Está dividido em quatro partes: um prefácio com reflexões da socióloga Zoara Failla, que participou como conferencista na abertura no evento; um dossiê de artigos submetidos por seus autores à revista; uma entrevista; e uma resenha.

O primeiro texto da seção t é “A realidade escolar no âmbito da leitura e possibilidades de sua transformação”, no qual Ernani Mügge e Juracy Assmann Saraiva trazem reflexões sobre a ineficácia da escola brasileira na formação de leitores e dão especial atenção para a questão da literatura enquanto objeto necessário nesse processo, a qual é tomada como referência a partir de pressupostos da legislação brasileira vigente. Apontam dois fatores imprescindíveis para que a literatura se torne ferramenta de leitura: a formação de professores-leitores e a qualificação dos professores para exploração adequada da literatura no contexto escolar.

Problemas no ensino de literatura no ensino fundamental e os “perigos” que a literatura pode proporcionar ao ser ensinada nas escolas é o ponto de partida das reflexões apresentadas no texto “O ensino de literatura continua em perigo...”, de Daniela Maria Segabinazi. Segundo a autora, há um descompasso entre os conhecimentos científicos produzidos sobre o ensino de literatura e o que ocorre na prática, no ensino de leitura e de literatura nas escolas.

No artigo “O esfacelamento da formação do leitor confrontado pelas reflexões de Hannah Arendt e Theodor W. Adorno”, João Luis Pereira Ourique, Priscila Monteiro Chaves e Gomerindo Ghiggi partem do pressuposto de que a formação de leitores, em especial os de literatura, no contexto brasileiro apresenta problemas, nos quais de inclui o caráter utilitarista do texto no dia-a-dia escolar. Os autores questionam essa formação do leitor contemporâneo, considerada como fragmentada e tecnicista”, e acenam para “necessidade política de uma leitura calcada na pluralidade *dos homens*”.

O processo formativo de leitores da educação básica é ana-

Ana Paula Teixeira
Porto

Denise Almeida Silva

Miguel Retenmaier

lisado por Sheila Oliveira Lima sob o prisma de livros didáticos no Plano Nacional de Livros Didáticos (PNLD) especificamente acerca da exploração de poesias. A autora, no ensaio “Poesia: enlace subjetivo para a formação do leitor”, reconhece haver no Programa um “favorecimento das condições de letramento”, mas mostra que há diversas fragilidades das mediações leitura propostas nesses materiais, como a de não estimular a análise literária.

A questão da leitura no meio digital é o enfoque de reflexão proposto por Ieda Márcia Donati Linck e Odete Teresa Sutili Capelesso no artigo “Texto, leitura e leitor no meio digital: novos letramentos”. Segundo as autoras, “novos modos de acessar e ler os textos permitem constituir relações não apenas com o verbal, mas com sons, imagens, animações, vídeos”, os quais devem ser objeto de atenção na formação do leitor, que não deve apenas estar familiaridade com o texto escrito tradicional, mas também com o digital. Ler textos *on line*, para as pesquisadoras, é uma possibilidade de ampliação da leitura e do contato com a literatura, uma vez que essa prática “implica novos letramentos literários e, conseqüentemente, o exercício de um novo modo de interação com o texto”.

Alexandre Vilas Boas da Silva e Frederico Fernandes colaboram no dossiê com uma reflexão acerca de jogos digitais no ensino de literatura na educação básica, tendo como referência para análise o Portal Educacional *Dia a Dia Educação*, do Governo do Estado do Paraná. O artigo, intitulado “Leitura em jogo: considerações sobre o ensino de literatura e jogos digitais no Paraná”, é um convite para se refletir quanto à real potencialidade de jogos disponíveis no contexto *on line* para aprendizagem literária.

Moisés Gonçalves dos Santos Júnior e Marcela Verônica da Silva, em “Formando pequenos leitores: o direito e o poder da literatura na Educação Infantil”, mostram a “relevância e contribuição da literatura no desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e na alfabetização de crianças da Educação Infantil” e defendem a formação de leitores “mesmo quando estes ainda não decifram os códigos linguísticos da leitura e da escrita”.

Reflexões sobre possibilidades de leitura na formação de alunos também é referência para discussão em texto que evidencia a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Ao abordar a for-

mação de leitores da EJA, Ivonete de Souza Susmickat Aguiar e Nair Floresta Andrade Neta, no artigo “A atuação do educador nos percursos de formação de leitores jovens e adultos”, sugerem a Metodologia das Histórias de Vida como uma possibilidade enriquecedora para exploração da leitura nessa etapa formativa. Também salientam um papel importante exercido pelo educador no processo de formação de leitores: o de valorizar as histórias de vidas dos alunos.

No artigo “A leitura nas Propostas Curriculares do Município de Florianópolis e do Estado de Santa Catarina – perspectivas teóricas para a formação de leitores”, Maria Salete e Ana Cláudia de Souza partem de uma análise dessas propostas, correlacionando-as com referenciais teóricos sobre leitura, e concluem que “os documentos tomam por base leitura como interação (sócio-discursiva)”, mas observam que há predomínio de uma “concepção descendente de leitura” com foco na perspectiva da Psicolinguística “sem, entretanto, apresentar os devidos fundamentos para isso”. Com essas combinações, “conflitos e os apagamentos teóricos identificados podem, sobremaneira, dificultar o acesso e a compreensão dos professores acerca desta fundamental competência que cabe à educação básica ensinar e desenvolver: a leitura”.

O ensino de literatura infantil é o objeto de discussão de Hiudéa Tempesta Rodrigues Boberg e Rafaela Stopa no artigo “Literatura infantojuvenil e ensino: ler para saber ou ler para ser?”. No texto, as autoras acenam para a importância desse tipo de literatura e trazem “argumentos sobre a real necessidade de se encarar a leitura literária, no caso, leitura da literatura infantojuvenil, como uma atividade de ensino, nos padrões ora vigentes nos currículos escolares”.

Rosana Ramos Chaves e Inara de Oliveira Rodrigues apresentam, em “O clássico no ensino fundamental: a história contada pelas bibliotecas de Itabuna”, uma abordagem sobre prática de leitura literária nos 6º e 9º anos do ensino fundamental II. A partir de uma coleta de dados em três bibliotecas públicas do município, as autoras identificam quais clássicos estão na preferência do público e que alunos nos anos iniciais leem mais clássicos que os dos anos finais.

Ana Paula Teixeira
Porto

Denise Almeida Silva

Miguel Retenmeier

Os processos de formação de leitores são pensados na ótica de um diálogo entre literatura e direito por Daniel Pulcherio Fensterseifer, Luana Teixeira Porto e Thiago Rigon de Araujo. O ensaio “Leituras críticas: abordagem da violência e da (in)justiça no direito e na literatura” propõe uma mediação de leitura que correlaciona um elemento temático comum em um texto literário e um texto não-literário relacionado ao Direito, tendo como eixo seletivo a formação humana que tais objetos podem suscitar. A partir dessas premissas, os autores propõem discussões sobre as relações entre violência e (in)justiça na sociedade brasileira de modo a tornar a leitura uma possibilidade de diálogo entre áreas de conhecimento distintas e a valorizar o cotejo entre textos de natureza diversa.

36

Tendo como objetos de análise contos de Lygia Fagundes Telles, Nérida Piñon e Marina Colasanti, Carlos Magno Gomes discute a violência contra mulher uma perspectiva relacionada a questões de gênero no artigo “Violência de gênero: estratégias para a formação do leitor”. Com um viés crítico, teórico e prático, o texto contempla “estratégias de releituras da violência doméstica, reforçando roteiros de interpretação que exploram a violência estrutural de gênero por trás de cada conto” analisado.

Carina Fior Postingher Balzan e João Claudio Arendt discutem a função das bibliotecas, destacando sua importância na formação de leitores. No artigo “A informatização das bibliotecas públicas municipais e a formação de leitores”, os autores também apresentam um estudo de caso na Biblioteca Frei Miguel, do município de Garibaldi-RS, com o qual constam a adequação da biblioteca quanto à informatização e uma ênfase “na literatura, com ações para a formação de leitores e valorização da cultura em suas várias manifestações”.

Na seção “**Entrevista**”, Alexandre Manoel Fonseca entrevista inicialmente, Fábio Gonçalves para um debate sobre o tratamento literário e o valor do escritor e sua relação com o leitor, procurando salientar alguns pontos de discussão apresentados pelo entrevistado em sua dissertação de mestrado. Abordam a questão da leitura e da relação professor, aluno e literatura. Na segunda parte da entrevista, as questões são direcionadas a Alex Fabiano Jardim, e a discussão gira em torno de temas diversos,

como experiências do professor entrevistado ao ministrar a disciplina “Leitura, Literatura e formação do leitor”, leitor, imagem do livro e papel da literatura nos dias atuais.

A finalização do dossiê traz uma análise crítica de uma obra recente, pois, na seção “**Resenha**”, Fábio Santana Pessanha toma o livro “Leitura: questões”, do professor Manuel Antônio de Castro, como texto-objeto de reflexão. Destaca que a obra “trata muito densamente da leitura como a questão primordial do ser humano”.

Com as reflexões reunidas nesse número especial da *Revista Língua & Literatura*, esperamos contribuir para que a formação do leitor incite reflexões necessárias e acene para caminhos produtivos que minimizem os diversos nós que constatamos na leitura de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

FAILLA, Zoara (Org). *Retratos da Leitura no Brasil 3*. 2012. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br/retratosda-leitura/RetratosDaLeituraNoBrasil3-2012.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. p. 51- 62.

MALARD, Letícia. *Ensino de Literatura no 2º grau: problemas e perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andreia. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009. Disponível em www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a10.pdf . Acesso em: 09 dez. 2015.

ZILBERMAN, Regina. A leitura na escola. In: _____ (Org). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. p. 9-22.